

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Ditadura Militar e a Igreja Católica no Espírito Santo: as representações sobre a vida operária no boletim Ferramenta¹

Ana Carolina Ronchi

Pedro Ernesto Fagundes

Universidade Federal do Espírito Santo

ronchianacarolina@gmail.com

pefagundes@uol.com.br

RESUMO

Este trabalho é uma proposta de revisão bibliográfica sobre a atuação política da Igreja Católica da Arquidiocese de Vitória, no Espírito Santo no que tange o movimento operário durante a ditadura militar. Sobre tal período ressalta-se a presença do boletim Ferramenta – informativo da Pastoral Operária da Arquidiocese de Vitória – publicado entre os anos de 1977 até o início dos anos 2000. Tem-se o intuito de trazer reflexões sobre a importância do mesmo para a mobilização dos movimentos sociais ao longo das décadas de 1970 e 1980.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura militar; Igreja Católica; Espírito Santo; Boletim Ferramenta

INTRODUÇÃO

Ao longo dos 21 anos do golpe militar a sociedade brasileira viu nascer e morrer inúmeros veículos alternativos de comunicação. No caso do Espírito Santo, por exemplo, o mais famoso foi *Posição*, que circulou entre os anos de 1976 a 1979. Seja pela censura que afetava as redações ou pela própria linha ideológica dos veículos da imprensa tradicional,

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

a comunicação alternativa foi a forma que muitos grupos e/ou movimentos sociais encontraram para se sentirem representados durante o regime.

É no cenário acima que surge Ferramenta – boletim da Pastoral Operária da Arquidiocese de Vitória. Sendo um informe mensal é lançado em dezembro de 1977 e perdura por duas décadas, parando de ser produzido nos anos de 1990. Logo em sua primeira edição evidencia sua funcionalidade “Informativo da Arquidiocese de Vitória para o mundo operário” (FERRAMENTA, 1977, p. 1).

Conciso, com linguagem popular e fazendo uso de charges e ilustrações, Ferramenta mais do que ter o intuito de evangelizar cumpria a função social de refletir com o trabalhador sobre os assuntos que perpassavam a realidade do mesmo – como os baixos salários, as condições de trabalho insalubres, a falta de estrutura urbana, a realidade das mulheres operárias, a inflação, a necessidade da realização de greves, entre outros.

Como uma comunicação alternativa à mídia hegemônica Ferramenta surge em um período de transformações dentro da própria Igreja Católica. Ao discutir sobre esta instituição e o período ditatorial no Brasil, Renato Cancian enfatiza a importância da Igreja em território brasileiro. O autor pontua que a história dos países da América Latina é indissociável da história da implementação e institucionalização do catolicismo no continente. Cancian entende que a Igreja criou vínculos com os Estados Nacionais e se converteu em uma força conservadora que atuava de acordo com os interesses das elites dominantes (CANCIAN, 2011, p. 11).

Quem também dialoga sobre a Igreja no Brasil é Paulo César Gomes. O autor reforça que a partir da década de 1950, o pensamento social católico se fortaleceu. Com essa nova mentalidade movimentos como a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC) se fortaleceriam. Foi também a partir da década de 1950 que começaram as aproximações entre a Igreja, os trabalhadores e os estudantes. Com uma ligação mais estreita entre esses grupos, setores da Igreja passaram então a questionar o conservadorismo político e a trazer à tona a preocupação com a justiça social (GOMES, 2014, p. 32).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Ainda como parte dessa reestruturação é fundada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em 1952. Foi uma das primeiras conferências episcopais do mundo e seu intuito era centralizar os poderes eclesiais. A CNBB surgiu graças ao esforço de Dom Hélder Câmara, bispo auxiliar do Rio de Janeiro, Carlos Chiarlo, núncio apostólico e o apoio do monsenhor Giovanni Montini, secretário de Estado do Vaticano e futuro papa Paulo VI (GOMES, 2014, p. 33).

A década seguinte, a dos anos de 1960, seria a marcada pelo golpe de Estado iniciado em 31 de março de 1964 e consumado em 1º de abril. Até o momento a Igreja Católica mantinha uma relação dialógica com o Estado. Renato Cancian entende, todavia, que o golpe militar de 1964 se tornaria um divisor de águas na história da Igreja no Brasil. Para o autor, à medida em que o Estado se militarizava, começava também um conflito latente entre o clero católico e o governo. Para Cancian foi nesse processo que a Igreja se transforma na principal força de oposição à ditadura militar. O autor entende que, ao estreitar os vínculos com as classes populares e se engajar nas mudanças sociais, a Igreja no Brasil passou a ser vanguarda da militância em defesa dos direitos humanos (CANCIAN, 2011, p. 39).

Discutir a militância sócio-política da Igreja Católica durante a ditadura militar passa obrigatoriamente por citar o Concílio Vaticano II (1962-1966). Paulo César Gomes (2014, p. 37) entende que esta foi uma das mais amplas reformas da história da Igreja. O evento foi necessário para evidenciar a questão da justiça social. Sinteticamente o Concílio Vaticano II discutiu a importância do clero manter suas funções estando atendo à realidade social, política e econômica que o cercava. O encontro também foi responsável por valorizar o caráter ecumênico do diálogo, dar maiores responsabilidades aos leigos e destacar a necessidade da Igreja rever seus padrões de autoridade no que tange o relacionamento com a sociedade.

Portanto, de forma mais enfática, a partir dos anos de 1960, especialmente a partir do Ato Institucional nº 5, a Igreja passou a desempenhar uma evangelização mais conscientizadora. É também nesse momento que as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), intensificam suas atividades e agem na divulgação das desigualdades de renda.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Permeado por todo o contexto sócio-político listado acima é que lançamos questionamentos sobre como se portava o boletim Ferramenta e qual a sua importância para a mobilização católica ao longo do regime militar. Mais do que temáticas trabalhistas, o boletim se preocupou em narrar também sobre as condições de vida dos trabalhadores capixabas que tanto foram modificadas a partir da década de 1970. Discutiremos mais sobre essa temática no próximo tópico.

A SOCIEDADE CAPIXABA NA DÉCADA DE 1970

Ao propor uma análise da atuação política da Igreja Católica no que tange o movimento operário, tendo como estudo de caso o boletim Ferramenta, o primeiro exercício necessário para compreender o contexto que o mesmo se encontrava inserido é analisar o Espírito Santo, especialmente a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) na década de 1970.

Maria Beatriz Nader pontua que, até o início da segunda metade do século XX a economia do Espírito Santo era concentrada na agroexportação da monocultura cafeeira. E, mesmo que localizado entre centros industriais consolidados como Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, o estado ainda se apresentava como uma região subdesenvolvida e periférica; formada por vazios demográficos e uma população fragmentada (NADER, 2007, p. 2).

Nader reforça que, ao longo dos anos, houve esforços governamentais para diversificar as fontes de renda (como doação de terrenos pelo Estado, fornecimento de energia elétrica gratuita e isenção de impostos) e implantar indústrias em solo capixaba, entretanto tais ações até os anos de 1970 não surtiram resultado. “[...] pulverizando uma fração considerável da economia capixaba, a estrutura fundiária concentrou o dinheiro comercializado com a exportação do café, impedindo, de certo modo, que o capital comercial se transformasse em outras formas de capital” (NADER, 2007, p. 2).

Quem também lança reflexão sobre esse contexto econômico capixaba é Maria da Penha Smarzaró Siqueira. A autora reforça que, a realidade apontada por Nader começa a sofrer

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

alterações a partir dos anos de 1960 – quando por iniciativa do Governo Federal tem início a política de erradicação dos cafezais, que passam a ser considerados antieconômicos. Siqueira ressalta que, mesmo que tal política tenha causado elevado impacto na sociedade do Espírito Santo, na ocasião tal iniciativa era vista como necessária para promover o desenvolvimento do estado, assim como resolver a questão da desigualdade regional e gerar a interlocução entre a economia capixaba e a brasileira (SIQUEIRA, 2009, p. 4).

Uma das ações que mais traria consequências e transformaria de vez a sociedade capixaba foi a implementação dos “Grandes Projetos Industriais”. Instalados na Região Metropolitana da Grande Vitória se tratavam de projetos industriais de grande porte que tinham como base a expansão do plantio de eucalipto e o tripé de segmentos mina, ferrovia e porto. Tais investimentos além de serem criados com a intenção de inserir o Espírito Santo no processo de modernização da economia nacional tiveram importante papel também no encerramento da hegemonia histórica cafeeira em terras capixabas (SIQUEIRA, 2009, p. 7).

Era de se esperar que mudanças tão bruscas na economia e, conseqüentemente na sociedade, trouxessem não somente picos de desenvolvimento, mas também o contraponto dessa aceleração econômica. Ao lançar luz sobre esse aspecto na capital Vitória, Maria Beatriz Nader pontua que os projetos industriais que surgem a partir dos anos de 1970 foram implantados de forma muito brusca e promoveram a decadência das atividades econômicas tradicionais - descaracterizando dessa maneira os traços rurais da região urbana de Vitória. Os Grandes Projetos influenciaram diretamente também no desemprego da população rural capixaba (que perdeu postos de trabalho com a erradicação dos cafezais) e em um aumento do desordenamento social urbano com a chegada de trabalhadores vindos de outros estados brasileiros (NADER, 2007, p. 5).

Sem conseguir absorver todo o êxodo rural, a Região Metropolitana do Espírito Santo passa então a conviver de forma mais intensa a partir dos anos de 1970 com as mazelas da industrialização. Naquele momento foram formados bolsões de pobreza e áreas de vulnerabilidade social que até os dias atuais se mantem presentes na Grande Vitória e simbolizam o brusco processo de industrialização pelo qual passou o estado.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Lançar luz sobre o contexto acima é de suma importância para compreender a historiografia do boletim Ferramenta. Isso porque, além do mesmo ter sido criado em um momento que o país estava inserido em uma ditadura militar, o processo de industrialização acaba por ser um dos fatores determinantes para o fortalecimento das Comunidades Eclesiais de Base e, por consequência, das mobilizações sociais e sindicais. Assim sendo, a Igreja Católica, especificamente com a concepção das CEBs, passa a ser ponto de encontro e mobilização dos grupos periféricos – grupos estes que, fosse pelas insalubres condições de trabalho ou falta de estrutura de transporte, moradia e/ou acesso a serviços básicos sentia no dia a dia as consequências da industrialização desenfreada.

Ferramenta nasce, portanto, nessa conjuntura de mobilização social no interior da Igreja. Idealizado pela Pastoral Operária, o boletim buscou não só abordar assuntos que estavam diretamente ligados às condições de vida dos operários, mas também permitiu que nele o operário pudesse se expressar.

Pesquisadores como Kenneth Serbin ajudam a esclarecer que movimentos como o que fez surgir o boletim Ferramenta eram comuns em todo o território nacional. O autor compreende que os anos de 1970, conhecidos como época do “milagre” econômico seriam marcados também pela crescente repressão. O Estado manteve um rígido controle, suspendeu liberdades civis e da imprensa, além de ter torturado e matado opositores, incluindo os militantes católicos. Serbin esclarece que este momento pode ser considerado como a pior crise entre a Igreja e o Estado na história do país. Vai ser também nesse período que a CNBB vai se tornar a voz daqueles que não a tem – realizando a defesa das vítimas de tortura e dos pobres. Para o autor será nesse contexto que a Igreja do Brasil vai ganhar destaque internacional em sua defesa pelos direitos humanos (SERBIN, 2001, p. 48).

Sobre esse período Renato Cancian vai pontuar que, com o avanço da década de 1970 os militares haviam se convencido da impossibilidade de neutralizar as ações da Igreja. E isso para o autor se dava pelo fato da mesma ser a bem mais articulada organização da sociedade brasileira.

Contava com cerca de 60 mil membros vinculados a quinhentas organizações eclesiais diferenciadas em ordens,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

congregações e institutos espalhados pelo país. A hierarquia católica (também denominada de episcopado nacional) compunha-se de 243 prelados que possuíam graus diversos de autoridade: 4 cardeais-arcebispos, 122 bispos titulares, 37 bispos auxiliares, 41 prelados, 5 administradores apostólicos, entre outros (CANCIAN, 2011, p. 53).

Renato Cancian reforça que na década de 1970 o Brasil contava com aproximadamente 80 mil CEBs. Estas, por sua vez, detinham as mais diversas funções como evangelização, politização, alfabetização e mobilização das classes populares. Para o autor, em um contexto de cerceamento de liberdades civis e democráticas a Igreja passa a ser espaço de relativa liberdade para mobilização não só de católicos, como de diversos grupos políticos e movimentos sociais (CANCIAN, 2011, p. 76).

Ferramenta é, portanto, resultado dessas intensas transformações na esfera socioeconômica no Espírito Santo. É também exemplo de como se dava a atuação da Igreja como locus de reflexão e militância. Assim sendo, faz-se importante também visualizar de que forma os movimentos operários e sindicais se desenvolvem ao longo da segunda metade do século XX em um país imerso em um contexto de ditadura militar. Discutiremos sobre essa questão no tópico a seguir.

A PRECARIIZAÇÃO SINDICAL E A ATUAÇÃO DA IGREJA

Ao refletir sobre os trabalhadores urbanos e o contexto ditatorial, Sérgio Murilo de Oliveira pontua que, a partir do golpe militar em 1964 o Estado adotou medidas para facilitar uma expansão econômica em moldes capitalistas. Para garantir a confiança dos investidores externos e a consequente entrada do capital estrangeiro era necessário aparentar uma estabilidade política. Assim sendo, os movimentos populares foram diretamente atingidos sofrendo enérgicas repressões do governo (OLIVEIRA, 1987, p. 24).

A imagem de um pretexto desenvolvimento, entretanto, tentava maquiagem o contraponto da expansão econômica em terras brasileiras – como a acentuada deterioração da vida urbana, o empobrecimento da massa trabalhadora, assim como a brutal repressão a qualquer tipo de organização popular (OLIVEIRA, 1987, p. 24).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Sergio de Oliveira (1987, p. 25) pontua que, agregado à precarização da qualidade de vida estava a realidade das organizações sindicais – que a partir do golpe são desprovidas de sua função política. Mais do que representantes e negociadoras do trabalhador elas passam a ser simples organismos assistenciais, pois, sem direito à greve, é o Executivo quem toma as decisões referentes às negociações trabalhador-empregado.

Sergio de Oliveira esclarece que, mais do que lutar pela melhoria salarial o operário teve que enfrentar o Estado também na cidade, em defesa da sua habitação. Assim sendo, com o passar das reivindicações do movimento operário novos atores entram em cena e foram se associando a uma luta mais plural, ou seja, a dos movimentos populares – que unem as reivindicações por melhores condições de vida; o movimento feminino; pelos negros; pela liberdade de expressão; contra censura e violência, entre outros (OLIVEIRA, 1987, p. 25).

Essas mobilizações que visavam melhores condições de vida e trabalho se irradiam também para o Espírito Santo. Ao destacar a trajetória da Central Única dos Trabalhadores, a CUT, e do movimento sindical no estado, Antônia Colbari aponta o fim da década de 1970 como marco das transformações das práticas sindicais em terras capixabas.

Os grupos de oposição sindical surgem nesse período quando alguns trabalhadores – sendo a maior parte deles vinculada à Pastoral Operária ou a grupos de militantes de inspiração marxista – começam um trabalho de mobilização e lutas isoladas cujo alvo era os diretores burocratas, ou “pelegos”, que estavam à frente dos sindicatos (COLBARI, 2010, p. 174).

Antônia Colbari reforça que a vinculação dos militantes com a Pastoral Operária surge por volta de 1974, sob a inspiração da Teologia da Libertação. Tal movimentação foi crucial para aproximar movimentos populares do movimento sindical. Isso porque, segundo a autora, o bairro se torna um lócus privilegiado para a articulação operária. Eram nessas localidades que se fomentavam as discussões sobre as temáticas políticas e trabalhistas. Eram também nos bairros que se apontavam estratégias para disseminar novas propostas e conquistar a adesão de novos participantes no interior dos sindicatos e

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

empresas. “Quanto ao discurso sindical, os temas enfatizados eram: democracia de base, autonomia sindical, organização no local de trabalho, comissões de fábrica, etc.”. (COLBARI, 2010, p. 175)

Colbari ainda esclarece que, enquanto a tutela do Estado sobre os sindicatos na década de 1970 dificultou e limitou as práticas coletivas referentes ao mundo do trabalho, tal configuração foi propícia para que os movimentos comunitários emergissem. Tendo principal apelo entre os moradores da periferia, os movimentos comunitários passaram a capitalizar as demandas difusas da população das áreas urbanas periféricas e, conseqüentemente, criar espaço propício para a emergência de novos atores políticos. Assim, a autora conclui que, ao tentar entender a vitalidade dos movimentos populares no período não se pode deixar de considerar a identidade simbólica e a unidade de ação herdadas das CEBs – responsáveis pela interação dos pequenos grupos organizados (de mães, de idosos, de jovens, etc.) dentro dos bairros (COLBARI, 2010, p. 208).

A COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE A AS MÍDIAS ALTERNATIVAS

Márcio Alves destaca a importância da formação das Comunidades Eclesiais de Base no Brasil. A partir de 1970 esses núcleos organizacionais começam a se formar no interior da Igreja brasileira e em pouco tempo podiam se transformar em uma força determinante do catolicismo no país, tanto do ponto de vista social como político. Ao apresentar as CEBs o autor ressalta que, em comum com os antigos grupos de elite elas têm o hábito da reflexão e questionamento. Já em similaridade com as organizações de massas elas têm a capacidade de adentrar e mobilizar as camadas mais populares. Para Alves as CEBs são “[...] o que a Igreja já criou de mais parecido com as estruturas celulares de base de um grande partido popular” (ALVES, 1979, p. 107).

Adentrando as dioceses rurais e as periferias das grandes cidades a formação das CEBs representou um novo arranjo organizacional e político. Para Márcio Alves elas tomaram um grande impulso quando católicos comprometidos contra as injustiças sociais compreenderam a ineficácia das antigas estruturas elitistas e a necessidade de descentralizarem seus trabalhos – para dificultar a repressão por parte da polícia política e garantir uma maior penetração popular (ALVES, 1979, p. 158).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Quem também se debruça sobre a conceituação de CEBs é Frei Betto. Em síntese, para o autor elas têm caráter religioso e pastoral e podem ser consideradas “pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos” (BETTO, 1979, p. 7).

Sobre a sigla Betto esclarece que, são comunidades, pois reúnem aqueles que têm a mesma fé, pertencem à mesma igreja e moram na mesma região. São eclesiais, porque congregam na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. E são de base, porque geram a união das classes populares (BETTO, 1979, p. 7).

Compreender as representações lançadas por Ferramenta então perpassa por visualizar as configurações das CEBs - já que as mesmas foram responsáveis por formar um lócus da militância contra o regime militar no Brasil. Sobre o assunto Frei Betto esclarece que a conjuntura nacional ajudou a reforçar as Comunidades Eclesiais de Base. Isso porque, ao censurar os canais de participação popular o regime fez com que a população encontrasse novas formas de organização. Para Betto, a Igreja representou esse refúgio, pois, ao contrário de outras instituições, ela escapava do direto controle do poder militar. Assim sendo, os militares não tinham como destituir padres e/ou bispos, muito menos nomear um general da reserva para presidir a CNBB, por exemplo. Para Frei Betto foi durante a ditadura militar que o povo passou a conhecer a Igreja não apenas pelo seu caráter de expressão de fé, mas como lugar de mobilização (BETTO, 1979, p. 8).

Foi nesse espaço de mobilização das CEBs que surge Ferramenta. Graças a ele foi possível que trabalhadores discutissem temáticas que não seriam encontradas na imprensa hegemônica – seja pela linha editorial dos veículos, ou pela censura prévia que os jornais estavam submetidos.

Quem discorre sobre as características de mídias comunitárias e alternativas como Ferramenta é Cicilia Peruzzo. Vista como uma contra comunicação elas são elaboradas dentro dos movimentos populares e visam exercitar a liberdade de expressão e servir de instrumento de conscientização. Para Peruzzo, o objetivo final da comunicação popular é democratizar o acesso da população à informação e aos meios de comunicação, contribuindo, assim, para a transformação social (PERUZZO, 2009, p. 132).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Assim sendo, ao propor uma análise sobre Ferramenta (e a atuação da Igreja por meio do mesmo) é necessário compreendê-lo como um veículo de comunicação popular com caráter dialógico e produzido em sentido horizontal. Ligado à Pastoral Operária da Arquidiocese de Vitória, o boletim buscou elaborar representações referentes à vida operária e ao contexto sócio-político capixaba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os 21 anos do regime militar representaram um retrocesso nos direitos políticos, de liberdade e de expressão no Brasil. Com a censura e a repressão que afetava os jornais, muitos movimentos sociais encontraram nas mídias alternativas uma forma de se expressar e reivindicar seus interesses.

Ferramenta é uma das inúmeras mídias comunitárias alternativas que nasceu durante o regime militar no Brasil. Estando ligada à Pastoral Operária da Arquidiocese de Vitória e tendo padres na sua produção, pode sobreviver mais do que muitos alternativos ao longo dos anos de repressão.

Nascido no bojo das Comunidades Eclesiais de Base, Ferramenta une o evangelho à crítica das injustiças sociais. Em suas páginas o movimento operário pode discutir temáticas como greves, precarização do trabalho e as más condições de vida nas periferias do Espírito Santo.

Ferramenta representa a militância que surgiu dentro da Igreja Católica nos anos da ditadura militar. Mesmo que alguns setores dela tenham sido favoráveis ao golpe em 1964, é com o acirramento da repressão que a Igreja passaria a ser porta-voz no Brasil e no exterior dos crimes cometidos pelo regime ditatorial. Estando cerceados, os movimentos sociais encontraram dentro da Igreja espaço de reflexão e luta. Nas CEBs o movimento operário, sindical, de mulheres, entre outros, encontraram refúgio para manter acesa a luta contra a ditadura e a favor da redemocratização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Brasiliense. 1979.

CANCIAN, Renato. **Igreja Católica e ditadura militar no Brasil**. São Paulo: Claridade, 2011.

COLBARI, Antônia. A CUT-ES e o Movimento Sindical na Década de 80. Sinais - **Revista Eletrônica**. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.08, v.1, Dezembro. 2010. pp. 167-275.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

NADER, Maria Beatriz. Industrialização, aumento populacional e a diversificação do mercado de trabalho: Vitória em dados. 1970-2000. **Revista História Hoje**. Revista eletrônica de História, v. 4, n. 12, 2007.

OLIVEIRA, Sergio Murilo Ferreira de. Os trabalhadores urbanos e a ditadura militar. **Revista de Administração Pública**, v. 21, n. 2, p. 24-36, 1987.

PERUZZO, Cicilia Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **Revista ECO-Pós**, v. 12, n. 2, 2009.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. Tradução: Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. A questão regional e a dinâmica econômica do Espírito Santo–1950/1990. **Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 6, 2009.